



# VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Sociedade, Crise e Reconfigurações

Porto, 19 a 22 de Junho de 2012

## Área Temática Direito, Crime e Dependências

### Apelo à apresentação de resumos de comunicações

Na situação actual, a APS não podia deixar de dar lugar de destaque ao tema da crise. Pelo intitulado deste Congresso, convida as sociólogas e os sociólogos a assumir a responsabilidade que partilham com colegas das outras ciências sociais: contribuir para o entendimento dos processos que afectam, neste momento, tanto o funcionamento das instituições como as próprias vivências pessoais.

Ora, estes processos têm tido uma importante dimensão jurídica. Em resposta aos problemas que se revelaram no âmbito financeiro, discutem-se novas modalidades de actuação da UE e de outras instâncias internacionais, discussões e modalidades de actuação fortemente juridicizadas. No plano nacional, perspectivam-se medidas de resposta nomeadamente em matéria de legislação laboral, do regime da função pública, ou ainda da administração da justiça. Evocam-se as implicações destas medidas no plano constitucional. E nas diferentes manifestações de “opinião pública”, é omnipresente a invocação dos “nossos direitos”.

Entretanto, os dispositivos jurídicos revelam-se, mais do que nunca, condicionados por fenómenos económicos, políticos e sociais. A sociologia, que tem uma longa tradição de análise do “Direito em Sociedade”, está em posição favorável para estudar sob que constrangimentos e com que virtualidades estes dispositivos poderão ser mobilizados.

Mas, por outro lado, os processos e textos jurídicos que interessam neste momento são de uma crescente complexidade, e sujeitos a rápidas transformações. São assim cada vez menos legíveis para a maior parte das pessoas, e cada vez menos susceptíveis de cumprirem as funções de orientação que ainda recentemente puderam desempenhar. Impõe-se assim aprofundar a investigação sobre as percepções sociais do direito, e sobre a relevância destas na construção dos nossos colectivos e na definição dos posicionamentos individuais.

De maneira geral, aliás, ainda não se deu uma ênfase apropriada à discussão do impacto da crise financeira sobre os sistemas jurídicos nacionais e internacionais. As sociólogas e os sociólogos portugueses encontram-se no lugar certo para impulsionar este debate.

A actual conjuntura também nos obriga a actualizar discussões do âmbito criminológico. Debatem-se novas possíveis incriminações – nomeadamente em matéria política. Intensifica-se a acção contra outras – pense-se nomeadamente no tema da corrupção. Surgem preocupações quanto às possíveis incidências da recessão económica sobre os comportamentos individuais, podendo favorecer violências e comportamentos ilícitos. E perspectivam-se medidas preventivas face a estas eventualidades. Urge um acompanhamento – crítico e construtivo – destes debates.

A relação entre o tema geral do congresso, tal como aqui interpretado, e o tema da dependência talvez seja menos óbvia. Mas reconhecamos que o que poderemos chamar dependências colectivas são componentes óbvias dos problemas actuais. E estes, por seu turno, vão agudizar os problemas individuais tematizados pela noção de dependência.

São assim identificados rumos possíveis para as discussões a dinamizar no âmbito das sessões da nossa responsabilidade, cujos temas serão determinados mais precisamente em função das propostas de comunicações que este apelo possa suscitar.

As propostas de comunicações, incluindo um resumo de 1750 a 2500 caracteres (sem espaços), deverão ser apresentadas através da plataforma do Congresso até 31 de Dezembro de 2011. Para mais indicações ver [http://www.aps.pt/vii\\_congresso/](http://www.aps.pt/vii_congresso/)

Coordenadores:

Helena Machado (UM, [hmachado@ics.uminho.pt](mailto:hmachado@ics.uminho.pt) )

Maria João Leote de Carvalho (CESNova, [mjleotec@sapo.pt](mailto:mjleotec@sapo.pt) )

Pierre Guibentif (ISCTE-IUL, [pierre.guibentif@iscte.pt](mailto:pierre.guibentif@iscte.pt) )

